



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 10/2024

**DISPENSA EXCLUSIVA PARA MEI, ME OU EPP CONFORME ARTIGOS 47 E 48 DA
COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.**

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, com sede na Av. Richard Schweitzer de Albuquerque nº 200, Centro, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, nos termos do Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal nº 15.259/2023 e demais legislações aplicáveis.

LINK DA SESSÃO: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bllcompras.org.br.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 07:30hs do dia 04 de março de 2024.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 07:30hs do dia 07 de março de 2024;

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: das 08:00hs às 14:00hs do dia 07 de março de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas será observado o horário de Brasília/DF.

1 – DO OBJETO

1.1 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL E PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 3 UNIDADES EDUCACIONAIS, conforme especificado abaixo:

LOTE ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt (Refeitório).	122,95 m ²
2	Projeto executivo estrutural para rampa em concreto armado e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt.	35,50 m ²
3	Projeto preventivo contra incêndio, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt, inclusive aprovação no CBMSC (toda a edificação, não existe projeto aprovado).	1.809,85 m ² (existente + ampliação)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

2

4	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro (Salas de Aula).	297,70 m ²
5	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro, inclusive aprovação no CBMSC.	1.976,02 m ² (existente + ampliação)
6	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Menino Jesus (Salas de Aula).	384,00 m ²
7	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Menino Jesus, inclusive aprovação no CBMSC.	2.112,72 m ² (existente + ampliação)
8	ART/RRT de projeto estrutural e projeto preventivo contra incêndio.	3
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE: R\$ 22.600,00		

OBS: Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal BLL e os constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão as do Edital de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência (anexo I).

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 – ANEXO II – MODELO PROPOSTA;

1.2.3 – ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – A DISPENSA, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br, conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Rio Negrinho, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

3 – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 – Dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser formalizados exclusivamente no sistema eletrônico na plataforma www.bll.org.br;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

3

3.2 – Se da consulta resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

4 – REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 – Todas as referências de tempo no edital de dispensa e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta Dispensa Eletrônica exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, classificados como tal nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda.

5.1.1 – Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

- a) Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).
- b) Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

5.1.2 – Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.1.3 – Caso o procedimento de dispensa eletrônica reste deserto ou tenha participação de somente empresa que não se enquadre nos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, a administração poderá proceder com a aquisição do produto com empresa de demais porte.

5.2 – Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

4

5.3 – Não poderão participar desta dispensa:

- a) Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina;
- b) Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Rio Negrinho;
- c) Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- d) Empresas que não comprovarem a condição de ME/EPP.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1 – O cadastro no BLL deverá ser feito no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

6.2 – O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso ainda que por terceiros.

6.4 – O licitante que desejar obter os benefícios previstos na LC nº 123/2006 (ME, EPP e equiparadas), deverá comprovar a condição de beneficiário no momento de seu credenciamento.

7 – FASE DE LANCES

7.1 – A partir das horas mencionadas no início da sessão, na data estabelecida neste Edital de Dispensa de Licitação, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso;

7.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

7.3 – O fornecedor poderá oferecer quantos lances achar necessário, e sempre menor que o último por ele ofertado;

7.4 – Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

7.5 – Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

7.6 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;

7.7 – O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 – Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

8.2 – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

8.3 – Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

8.3.1 – Caso o interessado não se manifeste quanto à contraproposta realizada pela administração no prazo de 15 minutos, será considerado como preço final o seu último lance.

8.4 – A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5 – Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica;

8.6 – Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance;

8.7 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

8.8 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 – Contiver vícios insanáveis;

8.8.2 – Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

8.8.3 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste termo ou seus anexos, desde que insanável;

8.8.6 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

8.8.7 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

8.8.8 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 – Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.10 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste termo de Contratação Direta.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 – Para fins de habilitação nesta dispensa, a licitante deverá enviar os seguintes documentos:



9.1.1 – Habilitação Jurídica

Para Empresas Individuais:

a) Declaração de Firma Individual ou Requerimento de Empresário Individual registrado na Junta Comercial do Estado sede da proponente.

Para Sociedades por Quotas de Responsabilidade:

a) Contrato Social e última Alteração contratual ou contrato social consolidado, registrados na Junta Comercial do Estado sede da proponente.

Para Sociedades Anônimas:

a) Ato Constitutivo, Estatutos em vigor e Ata da Eleição da atual Diretoria, registrada e/ou publicados.

As microempresas e empresas de pequeno porte também deverão apresentar:

b) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do estado onde a empresa mantém sede, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação, na forma do art. 8º da IN nº 81/2020 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, comprovando tratar-se de ME ou EPP, possuindo os benefícios do regime diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

c) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, de acordo com o modelo constante no Modelo Anexo III deste edital. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei 10.520/2002.

9.1.2 – Habilitação Fiscal

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF.

b) Certidão Conjunta Negativa Quanto a Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Previdenciários, administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) Certidão Negativa Estadual (do Estado sede da proponente);

d) Certidão Negativa Municipal (do município sede da proponente).

e) Certidão Negativa de Débito do "FGTS"

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

9.1.3 Qualificação Técnica

a) Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

b) Atestado de Capacidade Técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou provado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente forneceu materiais compatíveis em característica com o objeto da presente dispensa.

9.1.4 Qualificação Econômica:

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

9.2 – Na análise dos documentos de habilitação, o condutor poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

7

9.3 – Para participar com os benefícios garantidos aos micro e pequenos empresários, previstos na Lei Complementar 123/06, a empresa deverá declarar tal condição em campo próprio do sistema e apresentar certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado respectivo.

9.4 – Microempreendedores individuais (MEI) deverão, para participar com os benefícios, declarar a condição em campo próprio no sistema e juntar aos documentos, declaração conforme ANEXO III.

9.5 – O não atendimento dos itens 9.2 e 9.3 não acarretará a inabilitação do interessado, participando normalmente do procedimento, sem os benefícios da Lei Complementar 123/06.

9.6 – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

10 – DA PROPOSTA

10.1 – A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

10.2 – As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

10.3 – Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1 – Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2 – Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1 – No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.2.2 – Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2 – As providências dos subitens 11.1.2.1 e 11.1.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.3 – Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6 – Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

8

11.7 – No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8 – As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9 – Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10 – Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11 – Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Rio Negrinho – SC, 29 de fevereiro de 2024

Sandra Mara Brambilla Hacke
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

9

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**DISPENSA EXCLUSIVA PARA MEI, ME OU EPP CONFORME ARTIGOS 47 E 48 DA
COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.**

1 – DO OBJETO

1.1 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL E PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 3 UNIDADES EDUCACIONAIS, conforme especificado abaixo:

LOTE ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt (Refeitório).	122,95 m ²
2	Projeto executivo estrutural para rampa em concreto armado e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt.	35,50 m ²
3	Projeto preventivo contra incêndio, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt, inclusive aprovação no CBMSC (toda a edificação, não existe projeto aprovado).	1.809,85 m ² (existente + ampliação)
4	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro (Salas de Aula).	297,70 m ²
5	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro, inclusive aprovação no CBMSC.	1.976,02 m ² (existente + ampliação)
6	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Menino Jesus (Salas de Aula).	384,00 m ²
7	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Menino Jesus, inclusive aprovação no CBMSC.	2.112,72 m ² (existente + ampliação)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

8	ART/RRT de projeto estrutural e projeto preventivo contra incêndio.	3
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE: R\$ 22.600,00		

OBS: Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal BLL e os constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão as do Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência (anexo I).

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a contratação do objeto supracitado pois a Prefeitura não possui pessoal disponível para desenvolver esses projetos, pois são projetos complexos e demandam tempo para conclusão. Além da Prefeitura não possuir software para cálculo estrutural e hidrante, motivo que dificulta ainda mais o desenvolvimento interno.

3 – DO VALOR

3.1 – Tal contratação dar-se-á pelo valor máximo de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

4 – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será de acordo com a entrega, devendo a contratada, emitir as notas fiscais que devidamente comprovadas e atestadas deverão ser pagas em 30 dias.

5 – DO FORNECIMENTO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E VIGÊNCIA

5.1 – Deverá ser fornecido o arquivo em formato digital aberto editável (de preferência em formato dwg), além da entrega dos arquivos em PDF e uma cópia física impressa, ambas devidamente assinadas pelo responsável técnico, ficando à contratada responsável pelo custo das impressões e plotagens;

5.2 – O Projeto Executivo consistirá em um conjunto de documentos técnicos cuja função é atender a todas as exigências suficientes e necessárias à execução, definição de metas e prazos, planejamento da execução e operação da obra concluída. Será composto por desenhos, textos, planilhas, gráficos, imagens, pelos Projetos Técnicos Complementares consolidados, o Quantitativo de Materiais e Serviços, o Orçamento a ele associado, e dos memoriais descritivos;

5.3 – Os Memoriais Descritivos, deverão ser entregues segundo padrões vigentes, e serão compostos por textos ilustrados e tabulados que informarão precisamente as etapas de execução da obra, os procedimentos de controle e monitoramento tecnológico de materiais e processos e a forma de tratamento, transporte, armazenamento, execução e montagem de estruturas, equipamentos, instalações e demais componentes de obra civil, segundo normas técnicas correspondentes, referentes aos projetos contratados;

5.4 – Os referidos projetos devem seguir, necessariamente, as Normas Técnicas vigentes e concernentes às respectivas especialidades, como parâmetro de estudos e de definição de soluções técnicas de projeto, incluindo as formas de desenho técnico e apresentação de planilhas de quantitativos e orçamento;

5.5 – Os projetos desenvolvidos passarão pela análise da equipe técnica da Prefeitura, podendo ser solicitado correções e ajustes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

5.6 – Os Projetos Preventivos Contra Incêndio deverão ser encaminhados para aprovação pelo Corpo de Bombeiros e realizadas quaisquer alterações solicitadas;

5.7 – Os Projetos Executivos Estruturais devem ser apresentados os projetos estruturais das novas estruturas (fundações, pilares, vigas, lajes, etc). As referências apresentadas para o projeto de fundação e estrutura têm como base o sistema de peças de concreto armado convencional. Além de todos os quantitativos, deve ser apresentada a orçamentação dos elementos estruturais projetados. Todas as peças deverão conter assinatura digital/assinatura física do responsável pelo projeto.

5.8 – Projetos de Fundações:

- Locação dos elementos de apoio das fundações (sapatas, estacas, etc.)
- Nome de todas as peças estruturais enumeradas, indicando tipo e profundidade;
- Dimensionamento de todas as peças estruturais (sapatas, brocas, estacas, baldrame, blocos de coroamento, lajes de piso armado, ou estruturado, se houver);
- Detalhes de todos os elementos estruturais;
- Indicação de cargas e momentos nas fundações; Indicação do fck do concreto;
- Sapatas: indicar a taxa de solo, conforme indicação do consultor de fundações;
- Estacas: especificar o tipo, quantidade, dimensão e capacidade de carga nominal;
- Indicação de níveis;
- Desenhos com locação, características e dimensões dos elementos de fundação.

5.9 – Projetos da Estrutura da Edificação deverão compreender minimamente:

- Plantas de armação e fôrma, com indicação do Fck do concreto, incluindo cortes, detalhes, tempo de desforma, especificação do desmoldante, a posição, a quantidade, o diâmetro e o comprimento de todas as armaduras, traspases;
- Detalhamentos das armaduras transversais e longitudinais;
- Detalhamentos dos furos e encaixes das peças pré-fabricadas, quando for o caso; Dimensionamento de todas as peças estruturais (vigas, pilares, lajes, vergas, contra-vergas, cintas;
- Quantitativo de escoramento necessário para a execução dos elementos;
- Memorial descritivo e de cálculo contendo método construtivo e cálculo de dimensionamento de todas as peças. o Características físicas dos materiais empregados na estrutura (resistência a compressão (fck), pesos específicos, massa, diâmetros, comprimentos, etc);
- Quando necessário ou quando solicitado, deverá ser apresentado o plano de concretagem. As interrupções de concretagem deverão garantir as características de segurança e estética da estrutura.
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, além da planilha de somatória geral;
- Todos os projetos deverão possuir cotas de todas as dimensões necessárias à execução das estruturas, numeração de todos os elementos estruturais, indicação da seção transversal das vigas e pilares, das aberturas e rebaixos de lajes, o valor e localização das contraflechas em vigas e lajes quando houverem.

5.10 – Os projetos arquitetônicos desenvolvidos pela Prefeitura podem ser encontrados no link abaixo: <https://nuvem.rionegrinho.sc.gov.br/index.php/s/drNty96ERF2OT2w>

5.11 – A vigência da contratação decorrente da presente Dispensa de Licitação será de 120 (cento e vinte) dias corridos.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

6.1 – Para cobertura das despesas resultantes da licitação serão utilizados recursos da seguinte dotação: 168/06.002.2094.0012.0361.0006.3.3.3.90.00.00.00.00.00 – do orçamento vigente da Secretaria de Educação.

7 – DO LOCAL E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Prazo de entrega: Prazo de entrega para os projetos estruturais: 60 dias corridos.

Prazo de entrega final: 120 dias corridos;

Local de entrega: Prefeitura de Rio Negrinho.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

8.2 – Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto/serviço fornecido, para que sejam sanadas quaisquer irregularidades;

8.3 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

8.4 – Liquidar o objeto/serviço e efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente, no prazo e forma estabelecidos;

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Os produtos/serviços deverão ser entregues em perfeito estado, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte;

9.2 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

9.3 – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.4 – Os produtos/serviços deverão ser entregues no local indicado na Ordem de Compra emitida pelo setor de compras.

10 – DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Secretaria de Educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência;

10.2 – Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3 – A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4 – O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5 – Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

11 – DAS SANÇÕES

11.1 - Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021:

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Rio Negrinho – SC, 29 de fevereiro de 2024.

Sandra Mara Brambilla Hacke
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

ANEXO II

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL E PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 3 UNIDADES EDUCACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROPOSTA:

LOTE ÚNICO

Valor Máximo do Lote: R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt (Refeitório).	122,95 m ²
2	Projeto executivo estrutural para rampa em concreto armado e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt.	35,50 m ²
3	Projeto preventivo contra incêndio, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Lucinda Maros Pscheidt, inclusive aprovação no CBMSC (toda a edificação, não existe projeto aprovado).	1.809,85 m ² (existente + ampliação)
4	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro (Salas de Aula).	297,70 m ²
5	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Prof. ^a Irene Olinda Teifke Ribeiro, inclusive aprovação no CBMSC.	1.976,02 m ² (existente + ampliação)
6	Projeto executivo estrutural, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para ampliação da EMEB Menino Jesus (Salas de Aula).	384,00 m ²
7	Adequação do projeto preventivo contra incêndio existente considerando a ampliação, memorial descritivo e planilha de quantitativos baseada na tabela SINAPI para a EMEB Menino Jesus, inclusive aprovação no CBMSC.	2.112,72 m ² (existente + ampliação)
8	ART/RRT de projeto estrutural e projeto preventivo contra incêndio.	3



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE: R\$
--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$

Valor Global da Proposta; Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Rio Negrinho, de de 2024.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº
123/2006**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2024

....., inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr^(a), portador(a) do CPF n.º e da carteira de identidade n.º, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam, não estar incurso em nenhuma das vedações do §4º do art. 3º da referida Lei, considerando, ainda, o que preconiza o §5º e §6º do mesmo dispositivo legal.

Declara-se ainda, que não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Local. Data Nome e assinatura do representante legal da proponente

Local e data

Assinatura e Carimbo (Representante Legal)

Assinatura do Responsável pela Empresa